



# **ATIVIDADE CONSOLIDADA DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

**CONTAS NÃO AUDITADAS**

### 1 – ASPETOS MAIS RELEVANTES

#### Resultados em dezembro de 2011

1. Os **Resultados do Grupo Caixa Geral de Depósitos** em 2011 foram fortemente penalizados pela difícil envolvente económica e financeira, que conduziu ao registo, como custo do exercício, de provisões e imparidades no montante global de 1 674,6 milhões de euros. Assim, as imparidades relativas a títulos totalizaram 613,1 milhões, destinando-se este último montante a fazer face sobretudo à desvalorização verificada nas participações detidas pela CGD na PT, BCP, Brisa e ZON, no montante de 349 milhões de euros, e à exposição à dívida grega (133 milhões), na sua maior parte detida pelas seguradoras do Grupo. Por seu turno, o montante de imparidade do crédito ascendeu a 827,4 milhões de euros.

De referir que desde o início da crise financeira em 2008, face à desvalorização continuada dos títulos, o Grupo CGD já reconheceu na sua conta de resultados imparidades nas participações financeiras e outros títulos num montante acumulado de 1 844,7 milhões de euros.

2. O **Resultado Bruto de Exploração** atingiu 1 128,8 milhões de euros, valor praticamente idêntico ao observado em 2010 (-3,4 milhões de euros, -0,3%), tendo a quebra de 2,2% verificada no Produto da Atividade Bancária e Seguradora sido quase compensada pela diminuição nos Custos Operativos (-3,3%).
3. O **Resultado Líquido Consolidado**, afetado pelo provisionamento efetuado no exercício no montante de 1 674,6 milhões de euros acima referido, fixou-se num valor negativo de 488,4 milhões de euros, contra um valor positivo de 250,6 milhões de euros em 2010.
4. A **Margem Financeira Estrita** atingiu 1 685,3 milhões de euros, progredindo 270 milhões, ou seja, +19,1% do que no ano anterior.
5. Os proveitos com **Comissões Líquidas** totalizaram 504,6 milhões de euros, valor ligeiramente superior ao observado em 2010 (502,3 milhões).
6. Os **Custos Operativos** atingiram 1 903,2 milhões de euros, o que representou uma redução de 64 milhões de euros (-3,3%), com origem quer nos Custos com Pessoal, quer nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros, que diminuíram, respetivamente, 51,4 milhões (-4,9%) e 26,2 milhões (-3,6%). O contributo dos **Custos Operativos** da CGD Portugal para o total consolidado evidenciou uma redução de 79,7 milhões de euros (-7,9%) relativamente a 2010, assente sobretudo nos Custos com Pessoal (-10,3%).

7. O **Ativo Líquido** do Grupo CGD totalizou 120,7 mil milhões de euros no final de 2011, valor inferior ao verificado em dezembro de 2010 (-4,1%). Para esta evolução contribuiu a redução registada nas Aplicações em Títulos de -5,3 mil milhões de euros (-17,7%) e no Crédito a Clientes de -3,7 mil milhões (-4,5%), refletindo a estratégia de desalavancagem da CGD em ativos não estratégicos.
8. O saldo total dos **Depósitos de Clientes** ascendeu a 64 mil milhões de euros, aumentando 3,8 mil milhões de euros (+6,3%) desde o início do ano.
9. O **Crédito a Clientes**, em termos brutos, diminuiu 3,4% para 81,6 mil milhões. Na atividade em Portugal, o **crédito a empresas** manteve-se próximo do valor registado no ano anterior, reduzindo-se apenas 0,6%, e o **crédito à habitação** diminuiu 2,5%.
10. O **Rácio de Transformação** medido pelo Crédito Líquido relativamente aos Depósitos de Clientes situou-se em 122,2%, que compara com o rácio de 136,0% registado no final de 2010, situando-se já próximo dos valores fixados para 2014 no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (120%).
11. O **Rácio Core Tier I**, em base consolidada e com inclusão dos resultados retidos, foi reforçado de 8,8% para 9,4%, situando-se acima do valor mínimo de 9% fixado para o final de 2011.
12. O **Financiamento da CGD junto do BCE** cifrou-se em 9 mil milhões no final de dezembro de 2011.  
  
O total de **Ativos Elegíveis** para as operações de financiamento junto do BCE era, no final de dezembro, de 14,4 mil milhões de euros na CGD.
13. O **Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias** situou-se em 3,6% e o grau de cobertura do crédito situou-se em 116,5%. O **Rácio de Crédito em Risco** passou de 4,2% para 6,9%.

### 2 – PRINCIPAIS INDICADORES

#### CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

#### Actividade Consolidada em 31 de Dezembro de 2011

#### Síntese dos Principais Indicadores

(Milhões de euros)

	Dez/2010	Dez/2011	Variação
<b>Resultados :</b>			
Margem Financeira Estrita	1 415,3	1 685,3	19,1%
Margem Financeira Alargada	1 612,7	1 832,0	13,6%
Comissões Líquidas	502,3	504,6	0,5%
Margem Complementar	977,7	695,0	-28,9%
Margem Técnica da Actividade de Seguros	509,0	505,0	-0,8%
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	3 099,4	3 032,0	-2,2%
Custos Operativos	1 967,2	1 903,2	-3,3%
Resultado Bruto de Exploração	1 132,2	1 128,8	-0,3%
Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários	364,4	-536,3	---
Resultado Líquido do Exercício	250,6	-488,4	---
<b>Balanzo:</b>			
Activo Líquido	125 862	120 728	-4,1%
Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito	6 158	8 647	40,4%
Aplicações em Títulos	29 654	24 398	-17,7%
Crédito a Clientes (líquido)	81 907	78 246	-4,5%
Crédito a Clientes (bruto)	84 517	81 631	-3,4%
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	14 604	15 883	8,8%
Recursos de Clientes	67 680	70 587	4,3%
Responsabilidades Representadas por Títulos	19 307	14 933	-22,7%
Provisões Técnicas de Actividade de Seguros	5 743	4 608	-19,8%
Capitais Próprios	7 840	5 323	-32,1%
<b>Recursos Captados de Clientes</b>	<b>84 201</b>	<b>86 001</b>	<b>2,1%</b>
<b>Rátiros de Rendibilidade e Eficiência:</b>			
Rendibilidade Bruta dos Capitais Próprios - ROE (1) (2)	4,96%	-8,00%	
Rendibilidade Líquida dos Capitais Próprios - ROE (1)	4,08%	-6,40%	
Rendibilidade Bruta do Activo - ROA (1) (2)	0,29%	-0,43%	
Rendibilidade Líquida do Activo - ROA (1)	0,24%	-0,35%	
Cost-to-Income (Activ. Consolidada) (2)	63,3%	62,6%	
Cost-to-Income (Activ. Individual) (2)	58,5%	55,7%	
Cost-to-Income Bancário (2)	60,2%	60,7%	
Custos Pessoal / Produto Actividade (2)	33,7%	32,7%	
Custos Operativos / Activo Líq. Médio	1,57%	1,54%	
Produto Actividade / Activo Líq. Médio (2)	2,48%	2,46%	
<b>Qualidade do Crédito e Grau de Cobertura:</b>			
Crédito Vencido / Crédito Total	2,9%	3,9%	
Crédito Vencido >90 dias / Crédito Total	2,6%	3,6%	
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (2)	3,1%	4,3%	
Crédito com Incumprimento líquido / Crédito Total Líquido (2)	0,0%	0,2%	
Crédito em Risco / Crédito Total (2)	4,2%	6,9%	
Crédito em Risco Líquido / Crédito Total Líquido (2)	1,2%	2,8%	
Cobertura do Crédito Vencido	105,3%	105,0%	
Cobertura do Crédito Vencido > 90 dias	117,4%	116,5%	
Imparidade de Crédito (DR) / Crédito a Clientes (saldo médio)	0,45%	0,97%	
<b>Rácio de Estrutura:</b>			
Crédito a Clientes (Liq.)/Activo Líquido	65,1%	64,8%	
Crédito a Clientes (Liq.) / Recursos de Clientes	121,0%	110,8%	
Crédito a Clientes (Liq.) / Depósitos de Clientes (2)	136,0%	122,2%	
<b>Rátiros de Solvabilidade</b>			
Solvabilidade (2)	12,3%	11,5%	
Tier 1 (2)	8,9%	8,9%	
Core Tier 1 (2)	8,8%	9,4%	

(1) Considerando os valores de Capitais próprios e de Activo líquido médios (13 observações).

(2) Rátiros definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 23/2010)

### 3 – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Em 2011 a economia mundial voltou a expandir-se, embora o crescimento económico tenha registado um abrandamento no segundo semestre do ano. Depois de uma primeira metade em que a atividade económica registou um ritmo de crescimento forte, em particular nos países emergentes, o segundo semestre foi caracterizado por uma crescente preocupação com o abrandamento da economia.

Ao contrário do ano anterior, a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo levou a que as estimativas de crescimento para 2011, por parte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, fossem sucessivamente revistas em baixa. No último *World Economic Outlook*, de setembro de 2011, o FMI estimava um crescimento para a economia mundial em 2011 de 4,0%, percentagem inferior aos 4,4% previstos no relatório de abril. O FMI alertou ainda, no final de 2011, para o aumento de diversos riscos, nomeadamente de natureza orçamental e financeira.

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Europa. Numa primeira fase acentuaram-se as preocupações com a situação da Grécia, devido aos receios de uma reestruturação da dívida helénica, e estas propagaram-se à situação das finanças públicas de outros estados da periferia europeia. Durante este período, Irlanda e Portugal recorreram aos mecanismos de ajuda conjunta da União Europeia (UE) e do FMI.

Na segunda metade de 2011 assistiu-se a um agravamento do contágio da crise à Espanha e à Itália, enquanto economias denominadas do centro, como a França, a Bélgica, a Áustria ou mesmo a Holanda e a Finlândia, até aqui não afetadas, sofreram também os impactos desta crise.

Assistiu-se, em consequência do agravamento da crise da dívida soberana, a um novo aumento da aversão ao risco por parte de diversos participantes nos mercados financeiros, sobretudo durante o segundo semestre. Tal traduziu-se, por um lado, numa nova fase de alargamento dos *spreads* das obrigações de governo, agora não só de economias periféricas. Por outro lado, o mesmo verificou-se nas obrigações de empresas, a par de uma mais acentuada redução de novas emissões de dívida privada em mercado, sendo o setor financeiro o mais penalizado. Neste, o alargamento dos *spreads* foi particularmente visível, chegando a atingir o valor mais elevado de sempre, superior inclusive ao verificado no seguimento da falência do banco norte-americano Lehman Brothers.

A crise da dívida soberana fez-se sentir também nos EUA. Obrigados a subir o limite da dívida pública numa altura em que aumentava a dificuldade de financiamento dos Estados soberanos, os EUA viram a agência de notação de risco S&P reduzir o *rating* atribuído à dívida pública de AAA para AA+ em agosto.

Os responsáveis governamentais e os bancos centrais implementaram medidas em 2011 para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica.

Na Área Euro (AE), após o BCE ter decretado por duas vezes o aumento da taxa diretora no primeiro semestre, elevando-a aos 1,50% em julho, o banco central fez regressar aquela taxa ao nível mínimo de 1,00% no final do ano, com a crise da dívida a intensificar-se e o crescimento a abrandar.

Assistiu-se ao contínuo reforço das medidas não convencionais de política monetária, desde o regresso à compra de obrigações de dívida pública em mercado secundário, à reabertura do programa de compra de obrigações hipotecárias e à reintrodução dos leilões de cedência ilimitada de liquidez por prazos a 6 e 12 meses. Já no final do ano o BCE anunciaria ainda a realização de dois leilões de cedência de liquidez a 3 anos.

Em termos da atuação dos Governos no seio da União Europeia no sentido de debelar os efeitos da crise da dívida, 2011 foi marcado pela realização de diversas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, e de Ministros das Finanças, das quais resultaram compromissos no sentido de flexibilizar e aumentar o poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, como seja o de adquirir títulos de dívida soberana em mercado e financiar a recapitalização de instituições financeiras, bem como de reforçar a coordenação das políticas económicas e a de fiscalização orçamental.

Fora da AE, a atuação dos restantes principais bancos centrais passou igualmente pela tomada de decisões para estabilizar os mercados financeiros, as quais se traduziram no aumento da dimensão dos programas de compra de ativos. O Banco Central do Japão, o Banco Central de Inglaterra e a Reserva Federal mantiveram inalteradas as taxas de referência em níveis mínimos.

No que diz respeito ao crescimento económico, 2011 foi marcado por um diferente desempenho entre as duas maiores economias. Enquanto os EUA revelaram um início de ano fraco e uma aceleração ao longo dos últimos meses, devido sobretudo à retoma do consumo e do investimento, na AE passou-se o contrário, com os indicadores de confiança a encerrarem o ano em zona recessiva.

De acordo com o FMI, o crescimento na AE em 2011 terá ascendido a 1,6%, ligeiramente inferior aos 1,8% do ano anterior. Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica.

Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, sobretudo Portugal e Grécia, que terão sido os únicos Estado Membros a averbar crescimentos negativos. Pela positiva, voltou destacar-se a Alemanha com um crescimento de 2,7%, num ano em que o mercado de trabalho continuou em evidência. Em dezembro, a taxa de desemprego germânica atingiu os 6,8%, o nível mais baixo desde a reunificação. Na AE, pelo contrário, o desemprego voltou a aumentar em 2011, tendo a taxa de desemprego atingido no final do mesmo os 10,3%, o nível mais elevado desde a primavera de 1998.

O nível de inflação na AE, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2011 uma taxa de variação média de 2,7%, acima dos 1,6% de 2010, devido maioritariamente ao aumento dos preços energéticos.

O bloco asiático mostrou novamente um desempenho positivo, apesar dos impactos negativos resultantes das catástrofes ocorridas no 1º trimestre no Japão, e que levaram a que aquela economia permanecesse em contração durante toda a primeira metade de 2011. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China mantiveram-se robustos, sobretudo os respeitantes à atividade doméstica, apesar de terem também evidenciado algum abrandamento.

Destaque ainda para o desempenho da atividade económica brasileira, cujo crescimento económico arrefeceu substancialmente durante a segunda metade de 2011, tendo estagnado no 3º trimestre. O Banco Central do Brasil destacou-se no bloco emergente, ao decretar por três vezes, durante o 2º semestre, reduções da taxa diretora, decisão decorrentes do impacto negativo que espera que as turbulências internacionais possam ter sobre a economia brasileira. No final do ano o governo brasileiro anunciou um pacote de estímulo ao consumo destinado a acelerar a atividade económica e a garantir um crescimento de 5% em 2012.

Em Portugal, 2011 marcou o início do processo de ajustamento da economia. Este é caracterizado por uma redução do défice orçamental, bem como por uma desalavancagem gradual do setor privado, incluindo do setor bancário.

A atividade económica nos primeiros três trimestres de 2011 decresceu 1.1%, se comparada com o mesmo período de 2010, salientando-se o facto de ter registado variações em cadeia negativas nos três períodos já conhecidos. Este desempenho resultou do contributo negativo do consumo privado, do consumo público e da forte queda do investimento, apesar do bom comportamento das exportações líquidas.

Sublinhe-se o contributo positivo do comércio externo. Por um lado as exportações apresentaram um crescimento de 7,8%, por outro lado, as importações diminuíram 2,8%. Este comportamento esteve associado ao aumento da procura vinda do exterior, apesar do abrandamento da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas provindas do exterior, em termos homólogos, de 22,9% no período em causa. Por seu lado, a redução das importações deveu-se, sobretudo, à queda da procura interna.

Quer o consumo privado, com um decréscimo de 3,0%, quer o consumo público, que contraiu 2,5%, contribuíram para o fraco desempenho económico durante o período em causa. Os desafios de redução do défice orçamental e a conseqüente aprovação e implementação de medidas de austeridade enquadradas no Programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal induziram um contributo negativo destas componentes para o crescimento económico, tendo-se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo de todo o ano.

Por outro lado, registou-se uma redução de 9,8% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de atividade económica e das perspetivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contração foi mais evidente no investimento em equipamento e em construção.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, nos primeiros 11 meses de 2011, uma taxa de variação média de 3,7%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indiretos, designadamente, o IVA, ficando 1 ponto percentual acima do da Área Euro.

A taxa de desemprego subiu nos primeiros três trimestres de 2011 face ao período homólogo. No terceiro trimestre, esta cifrou-se em 12,4%, sendo a população desempregada de 689,6 mil indivíduos, o que representa um aumento de 24,1% face ao mesmo período de 2010.

### 4 – ANÁLISE FINANCEIRA – ATIVIDADE CONSOLIDADA

#### Síntese

##### *Resultados*

Os resultados do Grupo Caixa Geral de Depósitos em 2011 foram fortemente penalizados pela difícil envolvente económica e financeira, que conduziu ao registo de valores com carácter extraordinário como custo do exercício, designadamente em rubricas de Imparidade de Crédito e de Títulos. Assim, a Imparidade de Crédito elevou-se a 827,4 milhões de euros e as imparidades relativas a títulos totalizaram 613,1 milhões. Este último montante destinou-se sobretudo a fazer face à desvalorização verificada nas participações detidas pela CGD, e à exposição à dívida grega (133 milhões de euros), na sua maior parte detida pelas seguradoras do Grupo.

Com efeito, o **Resultado Bruto de Exploração** atingiu 1 128,8 milhões de euros, valor semelhante ao observado em 2010, que conjugado com o provisionamento efetuado no exercício no montante de 1 674,6 milhões de euros, fixou o **Resultado Líquido Consolidado** num valor negativo de 488,4 milhões de euros, contra um valor positivo de 250,6 milhões de euros em 2010.

Para o Resultado Bruto de Exploração contribuíram a atividade da banca comercial nacional, com 586 milhões de euros, da área internacional, com 256 milhões, e a atividade dos seguros e saúde, com 252 milhões.

#### **RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO CGD**

(milhões de euros)	<b>Dez-10</b>	<b>Dez-11</b>
Banca Comercial Nacional	660	586
Atividade Internacional	248	256
Atividade dos Seguros e Saúde	171	252
Banca de Investimento	54	35
<b>Resultado Bruto de Exploração</b>	<b>1 133</b>	<b>1 129</b>

##### *Rácio de Transformação*

O **Rácio de Transformação** medido pelo Crédito Líquido relativamente aos Depósitos de Clientes fixou-se em 122,2%, comparativamente aos 136,0% registados no final de 2010, revelando uma situação próxima da meta dos 120% exigida aos bancos portugueses em 2014.

### *Rácio Core Tier I*

O **Rácio Core Tier I** em base consolidada e incluindo os resultados retidos atingiu 9,4% em dezembro de 2011, traduzindo uma subida face aos 8,8% registados no final de 2010 e situando-se acima dos 9% exigidos aos bancos portugueses para o final deste exercício.

### *Custos Operativos*

Os **Custos Operativos** atingiram 1 903,2 milhões de euros, diminuindo 64 milhões de euros (-3,3%) em 2011, com origem quer nos Custos com Pessoal, quer nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros, que diminuíram, respetivamente, 51,4 milhões (-4,9%) e 26,2 milhões (-3,6%).

O contributo dos **Custos Operativos** da CGD Portugal para o total consolidado evidenciou uma redução de 79,7 milhões de euros (-7,9%) relativamente a 2010, assente sobretudo nos Custos com Pessoal (-10,3%).

### *European Banking Authority (EBA)*

A CGD apresentou em 20 de janeiro de 2012 o Plano de Capitalização exigido pelo European Banking Authority (EBA) tendo em vista a obtenção de um Rácio de Core Tier I (nos termos definidos por esta Autoridade) de 9% em 30 de junho de 2012.

O Plano, entretanto apresentado, encontra-se neste momento em fase de apreciação por parte das Autoridades.

### *Programa Especial de Inspeções (SIP)*

O Banco de Portugal divulgou em 16 de dezembro de 2011 os primeiros resultados globais do Programa Especial de Inspeções (SIP) realizado como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE em maio passado.

O exercício incidiu sobre créditos no valor de 71,8 mil milhões de euros, cobrindo 84% do total da carteira de crédito do Grupo CGD. A avaliação concluiu ser adequado o valor global da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo.

### *Banco Central Europeu (BCE)*

O financiamento obtido pela CGD junto do Banco Central Europeu ascendeu a 9,0 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011, que se compara com 6,55 mil milhões um ano antes, sendo esta evolução justificada pela deterioração das condições de financiamento sentidas ao longo do exercício.

O total de **Ativos Elegíveis** para as operações de financiamento junto do BCE era, no final de dezembro, de 14,4 mil milhões de euros na CGD.

### *Responsabilidades com Fundo de Pensões*

Em 31/12/2011 a CGD optou pela alteração da política contabilística relacionada com a contabilização dos desvios atuariais associados aos benefícios pós-emprego regulados pela IAS 19. Assim, antecipando alterações previstas para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013, a CGD deixou de utilizar o método do corredor e passou a reconhecer os ganhos e perdas diretamente nos capitais próprios, quer no perímetro individual, quer no perímetro consolidado.

No futuro, os desvios atuariais passarão a ser registados diretamente em capitais próprios.

O impacto contabilístico resultante da alteração contabilística não prejudica o tratamento prudencial porquanto na determinação dos fundos próprios de base podem excluir-se as perdas atuariais acumuladas reconhecidas em resultados ou em outra rubrica de capitais próprios nos termos do Aviso 2/2012 do Banco de Portugal.

De notar ainda que a CGD não integrou o conjunto dos bancos, que em 31/12/2011, procedeu à transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social regulado pelo Decreto-Lei 127/2011.

## **Análise dos Resultados**

A **Margem Financeira Alargada** atingiu 1 832 milhões de euros, o que representou um aumento de 219,3 milhões (+13,6%) comparativamente a 2010, com origem exclusivamente na Margem Financeira Estrita (+270 milhões, +19,1%), já que o montante de Rendimentos de Instrumentos de Capital apresentou uma diminuição de 50,8 milhões (-25,7%).

Os proveitos com **Comissões Líquidas** totalizaram 504,6 milhões de euros, valor semelhante ao observado em 2010 (502,3 milhões). Destacam-se na sua composição os resultantes da atividade internacional (+16,5%), que compensaram sua quase totalidade o decréscimo verificado nos proveitos da atividade bancária doméstica.

### COMISSÕES LÍQUIDAS

(milhões de euros)	Dez-10	Dez-11	Variação Dez/11 face a Dez/10	
			Absoluta	%
			CGD Portugal	318,3
Atividade Internacional	99,8	116,3	16,5	16,5%
Banca de Investimento	55,9	49,8	-6,1	-10,9%
Gestão de Ativos	31,4	31,6	0,2	0,6%
Outros	-3,0	-0,6	2,4	-80,2%
<b>Total</b>	<b>502,3</b>	<b>504,6</b>	<b>2,3</b>	<b>0,5%</b>

Os **Resultados em Operações Financeiras** em 2011 foram negativos em 24,8 milhões de euros apesar de uma promoção ativa da realização de mais-valias através da venda selecionada de ativos e da recompra de emissões próprias. Este valor reflete o impacto adverso que a crise da dívida soberana teve na carteira de ativos detidos, em consequência do alargamento do prémio de risco e da inversão do ciclo de taxas de juro.

Os **Outros Resultados de Exploração** atingiram 215,1 milhões de euros, contra 351 milhões em 2010, este último influenciado pela mais-valia registada na alienação pela Caixa do imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos ocorrida em setembro de 2010.

O contributo da **Margem Técnica da Atividade de Seguros** para o Produto da Atividade do Grupo foi de 505 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao observado no ano precedente (-4 milhões, -0,8%).

Assim, os **Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro**, no montante de 1 243,7 milhões de euros, e os **Rendimentos de Investimentos Afetos aos Contratos de Seguros**, no montante de 143,4 milhões, significaram reduções de, respetivamente, 79,7 milhões (-6%) e 63,4 milhões (-30,6%) face a 2010, evolução não compensada pela quebra registada nos **Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro** (-142,9 milhões, -15,3%), os quais atingiram 788,7 milhões de euros.

Como resultado da evolução descrita, o **Produto da Atividade Bancária e Seguradora** somou 3 032 milhões de euros, ficando 67,4 milhões (-2,2%) abaixo do valor verificado no ano anterior.

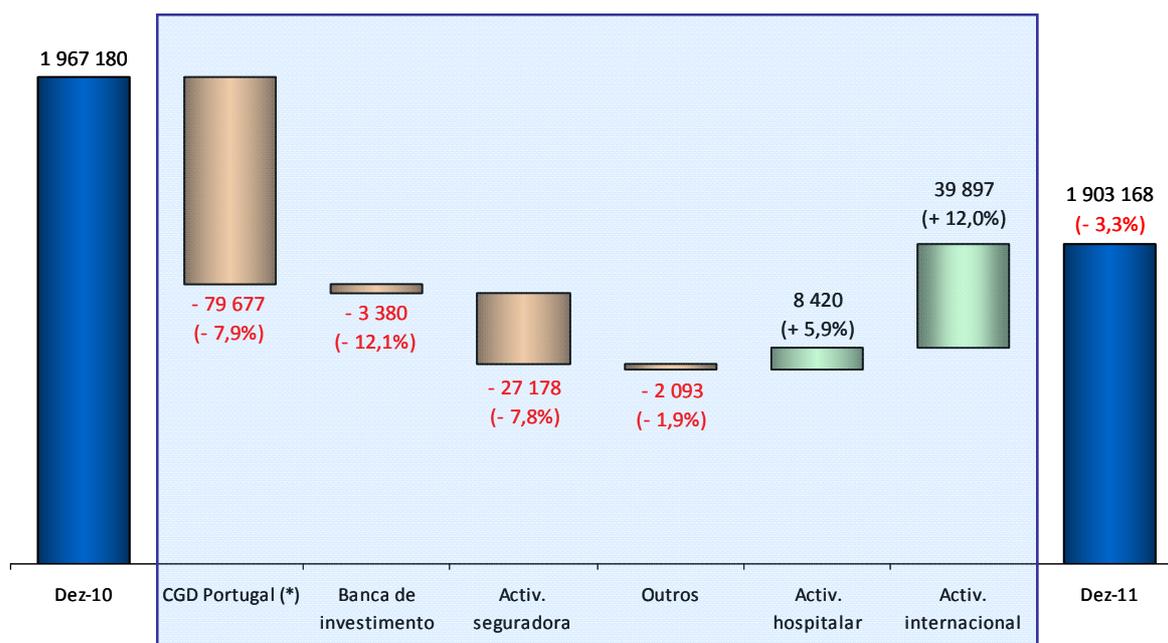
Prosseguindo a política de contenção de **Custos Operativos**, este agregado atingiu 1 903,2 milhões de euros, o que representou uma redução de 64 milhões de euros (-3,3%) comparativamente ao ano anterior, assente quer nos Custos com Pessoal, quer nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros, que diminuíram, respetivamente, 51,4 milhões (-4,9%) e 26,2 milhões (-3,6%).

Por áreas de atividade, o contributo da CGD Portugal para os Custos Operativos no total consolidado registou uma redução de 79,7 milhões de euros (-7,9%) face a dezembro de 2010, enquanto que na atividade internacional assistiu-se a um aumento de 12%, traduzindo a expansão verificada nessas áreas. Na atividade seguradora, o contributo dos Custos Operativos apresentou uma redução de 3,8%.

De referir que para a redução de 58,8 milhões (-10,3%) nos Custos com Pessoal da CGD Portugal para 512,1 milhões contribuiu também o decréscimo do número médio de colaboradores na atividade doméstica (260 em 2011 relativamente a 2010). Destaca-se ainda na CGD o decréscimo verificado nos custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros, -31,1 milhões (-9,5%).

### CUSTOS OPERATIVOS – EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO (Contributo)

Varição Anual, em Milhares €



\*Inclui SFE

A significativa redução dos Custos Operativos proporcionou uma melhoria dos rácios de eficiência, com destaque para o **Cost-to-Income**, que baixou de 63,3% no final de 2010 para 62,6% em dezembro de 2011 no Grupo CGD (menos 0,7 pontos percentuais). Na atividade individual, o rácio diminuiu 2,8 pontos percentuais para 55,7%.

### RÁCIOS DE EFICIÊNCIA

	Dez-10	Dez-11
<i>Cost-to-Income</i> (activ. consolidada) <sup>(1)</sup>	63,3%	62,6%
<i>Cost-to-Income</i> (activ. individual) <sup>(1)</sup>	58,5%	55,7%
<i>Cost-to-Income</i> (activ. bancária) <sup>(1)</sup>	60,2%	60,7%
Custos Pessoal / Produto Atividade <sup>(1)</sup>	33,7%	32,7%
Fornec. e Serviços de Terceiros / Produto de Atividade	23,2%	22,8%
Custos Operativos / Ativo Líquido médio	1,57%	1,54%

*(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal*

A **Imparidade do Crédito, Líquida de Anulações e Reversões**, ascendeu a 827,4 milhões de euros no ano de 2011.

A **Imparidade de Outros Ativos Líquida** atingiu no ano 701,1 milhões de euros, dos quais 613,1 milhões relativos a **Títulos**, destinados designadamente a fazer face à desvalorização verificada nas participações detidas pela CGD na PT, BCP, ZON e Brisa, e em grande parte registada anteriormente nas Reservas de Justo Valor, bem como nos títulos das carteiras das seguradoras do Grupo, com destaque para a exposição à dívida grega.

Os Impostos Correntes acrescidos da **Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário** no montante de 29,4 milhões de euros totalizaram 97,1 milhões de euros. Os Impostos Diferidos apurados foram, por seu turno, de -204,2 milhões de euros.

Face ao resultado negativo verificado em 2011, a Rendibilidade Bruta dos Capitais Próprios (**ROE**) situou-se em -8% (-6,4% após impostos) e a Rendibilidade Bruta do Ativo (**ROA**) em -0,43% (-0,35% após impostos).

### RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

	Dez-10	Dez-11
Rendibilidade Bruta dos Capitais Próprios – ROE <sup>(1) (2)</sup>	4,96%	-8,00%
Rendibilidade Líquida dos Capitais Próprios – ROE <sup>(2)</sup>	4,08%	-6,40%
Rendibilidade Bruta do Ativo – ROA <sup>(1) (2)</sup>	0,29%	-0,43%
Rendibilidade Líquida do Ativo – ROA <sup>(2)</sup>	0,24%	-0,35%
Produto de Atividade <sup>(3)</sup> / Ativo Líquido médio <sup>(1) (2)</sup>	2,48%	2,46%

*(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal*

*(2) Considerando os valores de Capitais Próprios e de Ativo Líquido médios (13 observações)*

*(3) Inclui Resultados em Empresas Associadas.*

### Análise do Balanço

O **Ativo Líquido Consolidado** do Grupo CGD totalizou 120,7 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 5,1 mil milhões (-4,1%) face ao valor registado no final do ano anterior, traduzindo o efeito da estratégia de desalavancagem do Balanço em curso.

Assim, assistiu-se nas carteiras de **Títulos** e de **Crédito a Clientes** a reduções de 5,3 mil milhões de euros (-17,7%) e de 3,7 mil milhões (-4,5%), respetivamente, em parte compensadas pelas **Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito** que aumentaram 2,5 mil milhões de euros (+40,4% face a dezembro de 2010) para 8,6 mil milhões.

No tocante ao **Passivo**, salienta-se o decréscimo de 4,4 mil milhões (-22,7%) observado nas **Responsabilidades Representadas por Títulos** e o aumento em 2,9 mil milhões (+4,3%) nos **Recursos de clientes**. Por sua vez, os **Recursos Obtidos em Instituições de Crédito** cresceram 1,3 mil milhões (+8,8%), elevando-se a 15,9 mil milhões.

O financiamento obtido pela CGD junto do Banco Central Europeu ascendeu a 9,0 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011, que se compara com 6,55 mil milhões um ano antes, sendo esta evolução justificada pela deterioração das condições de financiamento sentidas ao longo do exercício.

O total de **Ativos Elegíveis** para as operações de financiamento junto do BCE era, no final de dezembro, de 14,4 mil milhões de euros na CGD.

O **Crédito a Clientes**, em termos brutos atingiu 81,6 mil milhões de euros no final de dezembro, diminuindo 3,4% relativamente ao ano anterior.

Na atividade em Portugal, o crédito a empresas manteve-se próximo do valor registado no ano anterior, reduzindo-se apenas 0,6% face ao final de 2010.

#### CRÉDITO A CLIENTES (a)

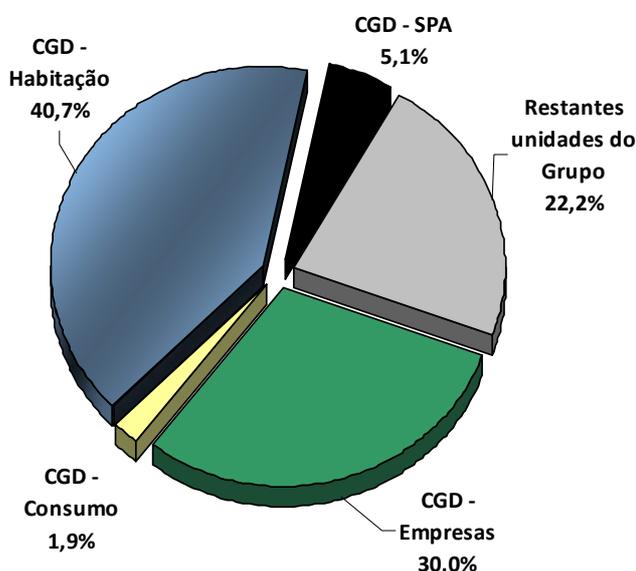
(milhões de euros)	Dez-10	Dez-11	Variação Dez/11 face a Dez/10	
			Absoluta	%
<b>Atividade da CGD em Portugal</b>	<b>65 061</b>	<b>63 480</b>	<b>-1 581</b>	<b>-2,4%</b>
Empresas	24 659	24 520	-139	-0,6%
Particulares	35 729	34 773	-956	-2,7%
Habitação	34 030	33 193	-837	-2,5%
Outras Finalidades	1 698	1 580	-119	-7,0%
Setor Púb. e Institucionais	4 674	4 188	-486	-10,4%
<b>Outras Unidades do Grupo</b>	<b>19 456</b>	<b>18 151</b>	<b>-1 305</b>	<b>-6,7%</b>
<b>Total</b>	<b>84 517</b>	<b>81 631</b>	<b>-2 886</b>	<b>-3,4%</b>

(a) Antes de imparidade.

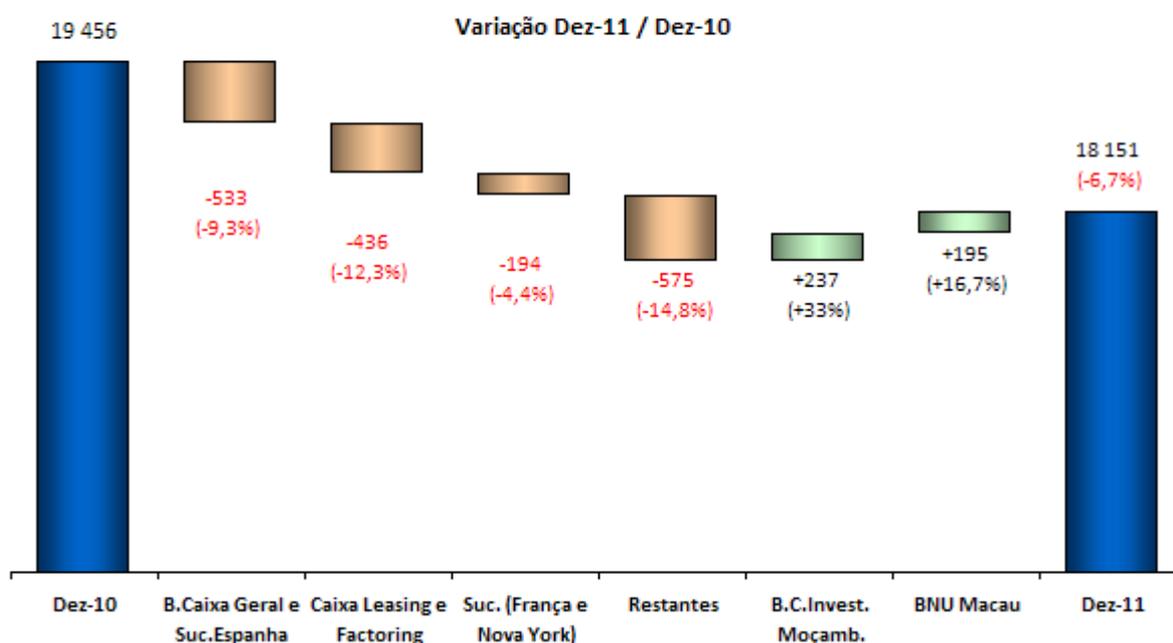
Cerca de 77,8% do Crédito a Clientes respeitam à atividade da CGD em Portugal, representando o crédito à habitação 52,3% deste total.

O crédito à habitação na atividade em Portugal diminuiu 837 milhões (-2,5%). Ainda no território nacional, o montante de operações de crédito à habitação contratadas durante o ano de 2011 ascendeu a 1 189 milhões de euros, valor significativamente inferior ao verificado no ano precedente (-56,7%).

### CRÉDITO A CLIENTES - DEZEMBRO 2011

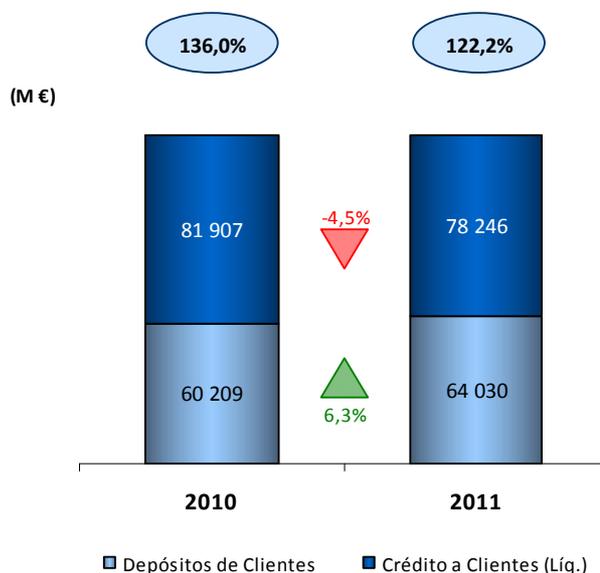


### CRÉDITO A CLIENTES - OUTRAS UNIDADES DO GRUPO



O crédito concedido pelas restantes unidades do Grupo representou 22,2% do total do crédito, sendo de salientar as reduções verificadas nas unidades do Grupo em Espanha, com -533 milhões de euros (-9,3% face ao final de 2010), e na Caixa Leasing e Factoring, com -436 milhões (-12,3%). O Banco Comercial e de Investimento em Moçambique e BNU Macau registaram aumentos no valor de 237 milhões de euros (+33%) e 195 milhões (+16,7%), respetivamente.

### Rácio de Transformação Crédito / Depósitos



O **Rácio de Transformação** medido pelo Crédito Líquido relativamente aos Recursos de Clientes situou-se em 110,8%, enquanto que relativamente aos Depósitos de Clientes fixou-se em 122,2%, que compara aos rácios de 121,0% e 136,0%, respetivamente, registados no final de 2010.

A deterioração que se tem vindo a assistir na situação económica e financeira refletiu-se nos indicadores de qualidade de crédito, com o **Rácio de Crédito Vencido Total** a fixar-se em 3,9% no final de 2011, acima dos 2,9% verificados em dezembro de 2010, e o **Rácio de Crédito Vencido com mais de 90 dias** em 3,6%, contra 2,6% no final de 2010.

Os rácios de **Crédito em Risco** e de **Crédito com Incumprimento**, calculados de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal, foram de 6,9% e 4,3%, respetivamente, contra. O Crédito em Risco, para além do Crédito Vencido por um período igual ou superior a 90 dias e do Crédito Vencido associado, considera ainda o valor total em dívida do crédito reestruturado<sup>1</sup> e outras operações de crédito sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, nomeadamente a falência ou liquidação do devedor.

<sup>1</sup> Operações que tendo apresentado atraso por um período igual ou superior a 90 dias tenham sofrido alterações nas respetivas condições contratuais sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou liquidados pelo devedor os juros e outros encargos vencidos

### QUALIDADE DOS ATIVOS

	Dez-10	Dez-11
Crédito com Incumprimento / Crédito Total <sup>(1)</sup>	3,1%	4,3%
Crédito em Risco / Crédito Total <sup>(1)</sup>	4,2%	6,9%
Crédito Vencido / Crédito Total	2,9%	3,9%
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito Total	2,6%	3,6%
Créd. com Incumprimento, líq. / Créd. Total, líq. <sup>(1)</sup>	0,0%	0,2%
Crédito em Risco, líq. / Crédito Total, líq. <sup>(1)</sup>	1,2%	2,9%
Imparidade de Créd. / Crédito Vencido	105,3%	105,0%
Imparidade de Créd. / Crédito Vencido > 90 dias	117,4%	116,5%
Imparidade do Créd.(DR) / Crédito Total (médio)	0,45%	0,97%

(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal

A **Imparidade do Crédito, Líquida de Anulações e Reversões**, registada em 2011 representou 0,97% da carteira média de crédito, valor acima do observado no final de 2010 em 0,45 p.p..

O montante da **Imparidade Acumulada** relativa ao Crédito a Clientes (normal e vencido) ascendeu a 3 384,7 milhões de euros no final de dezembro (+774,9 milhões, +29,7% do que no final de 2010), resultando num grau de cobertura de Crédito Vencido, com mais de 90 dias, de 116,5%.

No ano de 2011, o saldo das **Aplicações em Títulos** registou uma diminuição de 5,3 mil milhões de euros (-17,7%) relativamente a dezembro de 2010, com origem quer na carteira das entidades bancárias do Grupo (-14,3%), quer na carteira da atividade de investimento das seguradoras do Grupo (-23%).

### APLICAÇÃO EM TÍTULOS <sup>(a)</sup>

(milhões de euros)	Dez-10 (*)	Dez-11	Variação Dez/11 face a Dez/10	
			Absoluta	%
Atividade bancária	18 032	15 448	-2 584	-14,3%
Atividade seguradora	11 623	8 949	-2 673	-23,0%
<b>Total</b>	<b>29 654</b>	<b>24 398</b>	<b>-5 257</b>	<b>-17,7%</b>

(a) Após Imparidade

(\*) Valores Pró-forma.

Esta variação resultou em grande parte de uma estratégia deliberada de desalavancagem do ativo concretizada numa política de vendas e de não reposição de posições maturadas com o objetivo de aumentar a liquidez e contribuir para um menor consumo de capital.

Paralelamente, o valor da carteira sofreu também uma desvalorização em linha com a evolução dos mercados de capitais, em particular com a forte tendência negativa dos mercados de dívida.

A redução da carteira foi generalizada a todos os tipos de ativos com exceção da dívida pública portuguesa que viu o seu montante subir, primordialmente na vertente de Bilhetes de Tesouro.

### ***Funding e Gestão de Liquidez***

O ano de 2011 pautou-se pela intensificação da crise da dívida soberana na Europa, com destaque para o caso grego, e pela deterioração da confiança junto dos agentes financeiros, apesar dos esforços para encontrar uma solução a nível da UE. Esta conjuntura determinou vários cortes na notação atribuída pelas agências de *rating* ao Estado Português, bancos e empresas não financeiras, o que agravou substancialmente o sentimento de aversão ao risco e, conseqüentemente, os custos de financiamento das instituições portuguesas, tornando inviável a captação de fundos em mercado de capitais por parte da banca nacional.

Neste contexto, a CGD seguiu uma estratégia de desalavancagem do ativo e de promoção da captação de depósitos junto dos seus clientes, conseguindo assim uma diminuição das suas necessidades de financiamento no mercado grossista. Estas foram supridas com recurso ao BCE complementado por operações de mercado monetário, com destaque para algumas operações de financiamento colateralizado, cujo saldo vivo se aproximava dos 2 000 milhões de euros no final do ano.

No âmbito do programa EMTN, a CGD realizou várias ofertas de recompra de emissões seniores, envolvendo cerca de 408 milhões de euros. Estas transações proporcionaram a realização de mais-valias e, paralelamente, asseguraram aos investidores a venda das obrigações detidas num mercado de reduzida liquidez.

Em setembro, a CGD lançou uma oferta de troca que envolveu emissões de ações preferenciais no montante total de 600 milhões de euros e de obrigações subordinadas Upper Tier II, com um montante vivo de cerca de 151 milhões de euros. Nesta oferta, destinada apenas a institucionais, a CGD disponibilizou aos investidores a possibilidade de trocarem as posições que detinham nestas obrigações perpétuas por uma nova emissão sénior ao abrigo do EMTN, potencialmente mais líquida, com um prazo de 4 anos e um cupão anual de 8%. O preço oferecido tinha ainda um prémio implícito, relativamente aos preços no mercado secundário. Esta transação registou uma taxa de sucesso acima dos 70%.

Este exercício de reestruturação de passivos permitiu à CGD reforçar o seu Rácio de Core Tier I através das mais-valias obtidas.

Relativamente ao Programa de *Euro Commercial Paper*, a procura por parte dos investidores foi-se extinguindo ao longo do ano, com a realização ocasional de apenas algumas emissões.

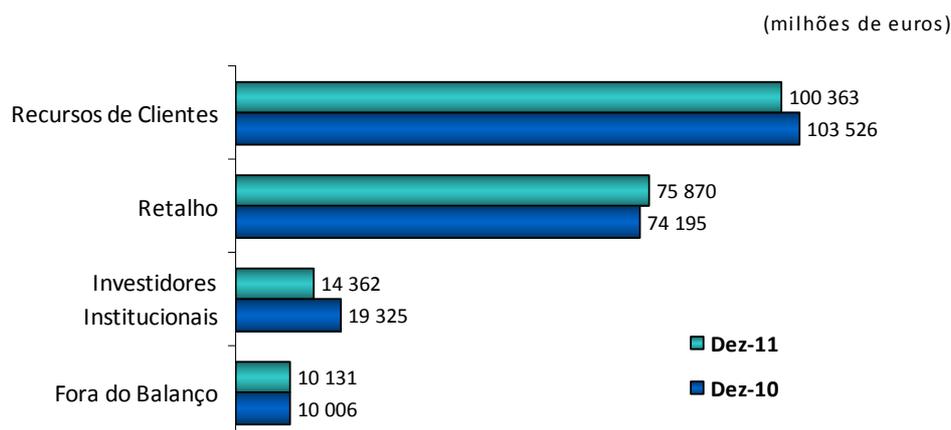
Ao longo do ano manteve-se uma gestão ativa da *pool* de ativos elegíveis como colateral junto do BCE, no sentido de manter uma margem confortável de ativos disponíveis. O valor da *pool* subiu de 13 706 milhões de euros em dezembro de 2010 para 15 740 milhões de euros no final de 2011, tendo sido mais do que compensados os efeitos de desvalorização de

preço, aumento dos *haircuts* e mesmo perda de elegibilidade de alguns ativos decorrentes das descidas de notação. O reforço da *pool* foi conseguido através da emissão de obrigações hipotecárias e de dívida garantida pelo Estado.

Neste âmbito, a CGD recorreu por duas vezes ao longo do ano ao aval do Estado, tendo emitido dois empréstimos obrigacionistas garantidos pela República Portuguesa no total de 4 600 milhões de euros. As emissões, uma em julho e outra em dezembro, têm uma maturidade de 3 anos e uma taxa flutuante indexada, no primeiro caso, à taxa Euribor a 3 meses com um *spread* de 4,95% e, no segundo, à Euribor a 6 meses com um *spread* de 5%.

O saldo dos **Recursos Totais Captados** pelo Grupo (excluindo o mercado monetário interbancário) diminuiu face ao final de 2010 (-2,5%), totalizando 101 mil milhões de euros. Contudo, não considerando o *funding* obtido junto dos investidores institucionais, o saldo total de Recursos de Clientes evidenciou um aumento de 2,3 mil milhões de euros (+2,7%).

### RECURSOS CAPTADOS TOTAIS



Os recursos de balanço somaram 90,2 mil milhões, provenientes em boa parte do retalho cujo saldo alcançou 75,9 mil milhões de euros, o que representou uma progressão de 2,3% comparativamente a dezembro de 2010, beneficiando da evolução positiva dos depósitos de clientes (+3,8 mil milhões de euros, +6,3%).

O saldo dos Depósitos de Clientes ascendeu a 64 mil milhões de euros, dos quais 45,3 mil milhões (70,7% do total) respeitantes a depósitos a prazo e de poupança, que cresceram 4,5 mil milhões de euros (+11%) desde o início do ano.

O saldo dos recursos captados junto de **Investidores Institucionais** através de emissões próprias registou uma redução de 5 mil milhões de euros (-25,7%) face a dezembro de 2010.

### CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO

Saldos (milhões de euros)	Dez-10	Dez-11	Variação Dez/11 face a Dez/10	
			Absoluta	%
<b>No Balanço</b>	<b>93 520</b>	<b>90 232</b>	<b>-3 289</b>	<b>-3,5%</b>
<b>Retalho</b>	<b>74 195</b>	<b>75 870</b>	<b>1 675</b>	<b>2,3%</b>
Depósitos de Clientes	60 209	64 030	3 821	6,3%
Seguros de Capitalização (a)	10 843	8 893	-1 950	-18,0%
Outros Recursos de Clientes	3 142	2 947	-195	-6,2%
<b>Investidores Institucionais</b>	<b>19 325</b>	<b>14 362</b>	<b>-4 963</b>	<b>-25,7%</b>
EMTN	8 786	7 139	-1 647	-18,7%
ECP e USCP	676	0	-676	-100,0%
<i>Nostrum Mortgages e Nostrum Consumer</i>	475	403	-72	-15,2%
Obrigações Hipotecárias	7 125	5 806	-1 319	-18,5%
Obrig.com garantia da Repúb. Portuguesa	1 250	0	-1 250	-100,0%
Obrigações sobre o Setor Público	1 013	1 014	1	0,1%
<b>Fora de Balanço</b>	<b>10 006</b>	<b>10 131</b>	<b>125</b>	<b>1,3%</b>
Unid. particip. de Fundos de Investimento	4 966	4 055	-911	-18,3%
<i>Caixagest</i>	3 283	2 490	-793	-24,2%
<i>Fundimo</i>	1 683	1 565	-118	-7,0%
Fundos de Pensões	2 183	2 075	-108	-4,9%
Gestão de Patrimónios (b)	2 857	4 001	1 144	40,1%
<b>Total</b>	<b>103 526</b>	<b>100 363</b>	<b>-3 163</b>	<b>-3,1%</b>
<b>Total excluindo Invest. Institucionais</b>	<b>84 201</b>	<b>86 001</b>	<b>1 800</b>	<b>2,1%</b>

(a) Inclui seguros de taxa fixa e produtos unit linked

(b) Não inclui as carteiras das seguradoras do Grupo CGD

Os Recursos “fora do balanço” cifraram-se em 10,1 mil milhões de euros, montante superior ao verificado no final de 2010 (+1,3%), tendo o acréscimo observado na área de Gestão de Patrimónios (+1,1 mil milhões de euros, +40,1%) compensado a redução registada no saldo dos fundos Caixagest (-0,8 mil milhões, -24,2%).

### Capitais Próprios e Rácio de Solvabilidade

Os Capitais Próprios do Grupo totalizaram 5,3 mil milhões de euros em dezembro, valor inferior ao observado no final de 2010 em 2,5 mil milhões (-32,1%), afetado sobretudo pela variação negativa das Reservas de Justo Valor que registaram uma redução de 1,6 mil milhões face a dezembro de 2010, dos quais 922 milhões respeitantes a menos-valias potenciais (líquidas do correspondente efeito fiscal) em obrigações emitidas pelos três veículos detidos pelo BPN e garantidas pelo Estado Português.

### CAPITAIS PRÓPRIOS

(milhões de euros)	Dez-10	Dez-11	Variação Dez/11 face a Dez/10	
			Absol.	%
Capital Social	5 050	5 150	100	2,0%
Reservas de Justo Valor	-507	-2 085	-1 578	-311,0%
Out. Reservas e Result. Transitados	1 516	1 702	186	12,2%
Interesses Minoritários	1 530	1 045	-485	-31,7%
Resultado do Exercício	251	-488	-739	-294,9%
<b>Total</b>	<b>7 840</b>	<b>5 323</b>	<b>-2 517</b>	<b>-32,1%</b>

De referir que em novembro de 2011 o Estado Português procedeu a um aumento do capital social da CGD em 100 milhões de euros, pela incorporação de reservas disponíveis para o efeito, elevando-o para 5 150 milhões de euros. Esta operação visou o reforço e manutenção da solvabilidade e capitalização da CGD em níveis adequados, designadamente do rácio core tier 1 em base consolidada, ao mesmo tempo que consolida a solidez do banco, fator imprescindível para manter num patamar competitivo o custo de financiamento da sua atividade e consequentemente a respetiva rentabilidade.

O **Rácio de Solvabilidade** em base consolidada e incluindo os resultados retidos atingiu 11,5% em dezembro de 2011. O **Rácio Core Tier I** fixou-se em 9,4%, tendo sido reforçado em 0,4 pontos percentuais face ao valor registado no final de 2010, não obstante o impacto negativo resultante dos *downgrades* do *rating* da República Portuguesa. Este rácio beneficiou da entrada em vigor do normativo prudencial que determina que as exposições junto de Autoridades Regionais e Locais dos Estados-Membros expressas e financiadas na moeda nacional deixem de estar dependentes do risco país, bem como do aumento de capital social da CGD em 100 milhões de euros, por incorporação de reservas.

Por seu turno, o **Rácio Tier I** situou-se em 8,9% valor inferior ao Core Tier I, penalizado pela recompra, no âmbito da operação de Oferta de Troca efetuada em setembro último, de ações preferenciais emitidas pelo Grupo CGD.

### RÁCIO DE SOLVABILIDADE (EM BASE CONSOLIDADA)

(milhões de euros)	Dez-10 (1)	Dez-11 (1) (2)
<b>Fundos Próprios</b>		
1. Core Capital	6 799	6 529
<i>Dedução das participações em IC's e Seguradoras</i>	-510	-403
<i>Ações preferenciais (Tier I)</i>	555	96
2. Base - TIER I	6 844	6 222
3. Complementares - TIER II	2 682	1 827
<i>4. Deduções aos Fundos Próprios Totais</i>	-40	-42
5. Fundos Próprios Totais Elegíveis (2+3+4)	9 486	8 007
6. Posições Ponderadas Totais	76 989	69 607
<b>Rácios</b>		
Core Tier I (1./6.)	8,8%	9,4%
Tier I (2./6.)	8,9%	8,9%
Rácio de Solvabilidade (5./6.)	12,3%	11,5%

(1) Com inclusão do Resultado do Exercício

(2) Valores provisórios

### Rating

A descida dos *ratings* da dívida pública portuguesa atribuídos pelas agências internacionais, a difícil envolvente económica e financeira, bem como a implementação de uma nova metodologia de *rating* pela Standard & Poor's, conduziram a cortes adicionais nas notações dos bancos portugueses, incluindo os da CGD.

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	CGD	Rep. Portuguesa	CGD	Rep. Portuguesa
STANDARD & POOR'S	B	B	BB+	BB
FITCHRATINGS	B	B	BB+	BB+
MOODY'S	N/P	N/P	Ba2	Ba2
DBRS	R-2 (mid)		BBB (low)	BBB (low)

### Standard & Poor's

Em 7 de dezembro de 2011, a Standard & Poor's colocou em *creditwatch* negativo os *ratings* de longo e curto prazo de sete bancos Portugueses, incluindo os da CGD, na sequência de idêntica revisão efetuada aos *ratings* da República Portuguesa, em 5 de dezembro de 2011. A revisão efetuada reflete a possibilidade de um *downgrade* aos *ratings* da República Portuguesa, e o conseqüente impacto nos *ratings* da CGD.

Em 16 de dezembro de 2011, a Standard & Poor's reviu em baixa os *ratings* de diversos bancos portugueses, incluindo os da CGD, na sequência da implementação da nova metodologia de *rating* para as instituições financeiras adotada por esta agência em novembro último.

Deste modo, os *ratings* de longo prazo e de curto prazo da CGD passaram de BBB para BB+, com *CreditWatch* negativo, e de A-3 para B, respetivamente.

### ***Fitch Ratings***

Em 4 de outubro de 2011, a Fitch Ratings reafirmou os *ratings* da CGD, designadamente os de longo e curto prazo e o Individual Rating, com exceção do Viability Rating (VR) e do *rating* das Ações preferenciais da CGD, que passaram, respetivamente, de bb+ para bb e de BB- para B+, deixando de estar na situação de *rating watch negative*. A descida do Viability Rating, verificada em seis bancos portugueses, traduziu as fortes tensões na liquidez e na capacidade de financiamento destas instituições, bem como a deterioração da qualidade dos seus ativos e rendibilidade, derivada do agravamento da recessão económica

Em 25 de novembro de 2011, na sequência do *downgrade* efetuado no dia anterior aos *ratings* de longo e curto prazo da República Portuguesa, de BBB- para BB+, e de F3 para B, respetivamente, com *outlook* negativo, a Fitch Ratings baixou os *ratings* de diversos bancos portugueses, incluindo os da CGD.

Deste modo, os *ratings* da CGD foram alterados de BBB- para BB+ no longo prazo, com *outlook* negativo, e de F3 para B no curto prazo. Destacam-se ainda as reduções, pelo mesmo motivo, do Viability Rating, de bb para b+, e do Individual Rating, de C/D para D/E, que deixaram de estar na situação de *rating watch negative* (RWN).

### ***Moody's***

Em 7 de outubro de 2011, a Moody's concluiu o processo de revisão dos *ratings* dos bancos Portugueses, iniciado em 15 de julho de 2011, no seguimento do *downgrade* efetuado ao *rating* da República Portuguesa, de Baa1 para Ba2 em 5 de julho de 2011, tendo alterado as notações de *rating* de nove bancos portugueses, incluindo nomeadamente as seguintes da CGD, com *outlook* negativo:

- BFSR (BCA), de D+ (Ba1) para D (Ba2)
- *Rating* de Longo Prazo, de Ba1 para Ba2

### ***DBRS***

A agência de *rating* DBRS iniciou a cobertura da CGD, atribuindo, em 23 de dezembro de 2011, um *rating* de longo prazo de BBB e um *rating* de curto prazo de R-2 (*high*), ambos com tendência negativa.

A DBRS atribuiu também o nível BBB à avaliação intrínseca (*Intrinsic Assessment (IA)*) da CGD, baseado no forte *franchise* de banco universal, com significativa posição no mercado de retalho, que lhe proporciona uma sólida base de depósitos, bem como a capacidade de geração de proveitos e de gestão de liquidez e de *funding*, num período prolongado de *stress*, e a melhoria da capitalização.

Já em 31 de janeiro de 2012, na sequência do downgrade que efetuou ao rating de longo prazo da República Portuguesa, a DBRS alterou o rating de longo prazo da CGD de BBB para BBB (low), com tendência negativa (idêntico ao da República Portuguesa), e o de curto prazo passou de R-2 (high) para R-2 (mid), também com tendência negativa.

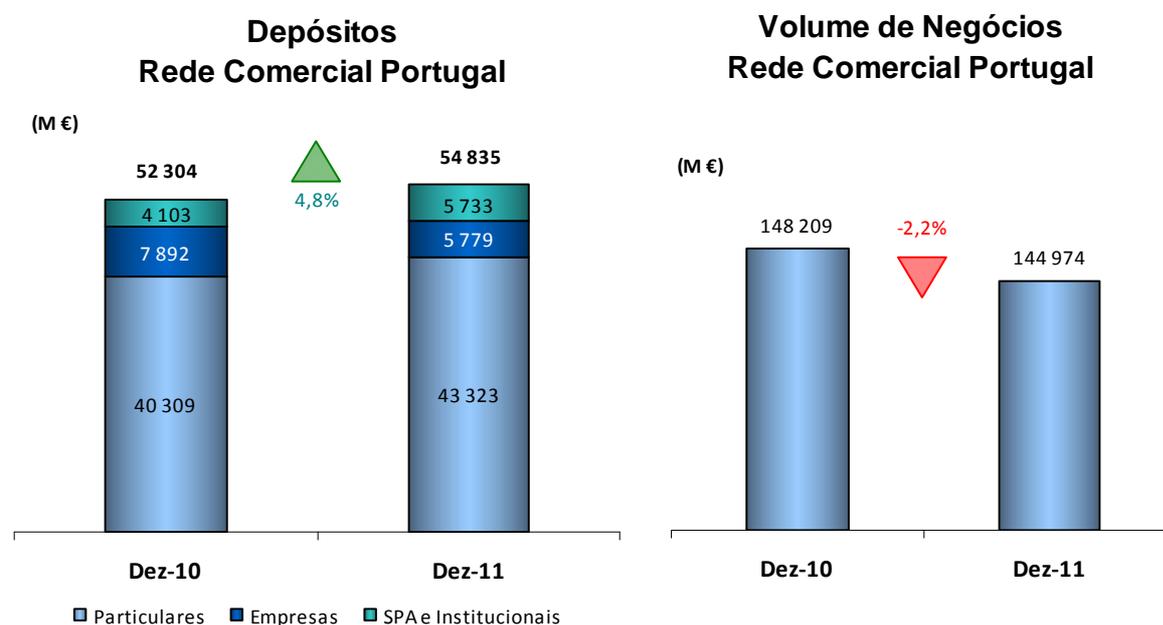
### 5 – PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS NAS ÁREAS DE NEGÓCIO

#### 5.1. Banca de Retalho – Rede Comercial em Portugal

O ano de 2011 foi marcado pela continuidade do projeto de transformação comercial, com especial relevo para a consolidação dos modelos de serviço, aprofundamento das propostas de valor, orientação comercial, qualidade do atendimento e incremento da vinculação, fidelização e satisfação de clientes. Em 2011, mais de 774 mil clientes Particulares e Empresas eram geridos por um comercial dedicado, mantendo a Caixa a primazia na Banca nacional em atenção e serviço ao cliente.

Em 31 de dezembro, a Rede Comercial era constituída por 822 Agências e 38 Gabinetes Caixa Empresas.

Os Depósitos Totais da Rede Comercial (54 835 milhões de euros) cresceram 4,8% em termos homólogos, impulsionados pelos aumentos no SPA (+39,7%) e nos Particulares (+7,5%). As Empresas registaram uma quebra de 26,8%.

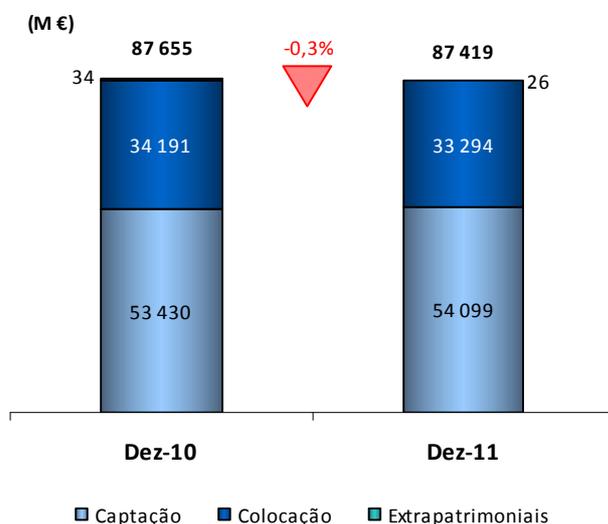


#### Particulares

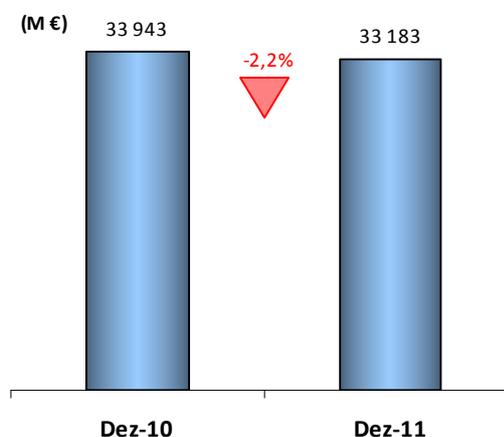
O Volume de Negócios do segmento Particulares totaliza 87 418 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 0,3% face ao mês homólogo. Neste segmento de clientes a Captação registou um aumento de 1,3% e uma redução de 2,6% na Colocação.

Em 2011, os Depósitos de Particulares da Rede Comercial em Portugal ascenderam a 43 323 milhões de euros, apresentando um crescimento homólogo de 7,5%.

### Volume de Negócios (Particulares) Rede Comercial Portuguesa



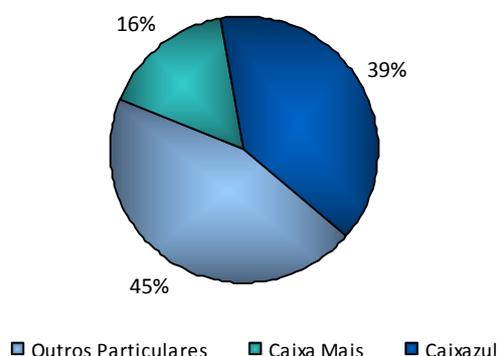
### Carteira de Crédito à Habitação Rede Comercial Portuguesa



A clara liderança da Caixa Geral de Depósitos na captação de recursos reflete o sucesso da Instituição na implementação de uma estratégia assente na emissão de um conjunto de soluções de Aforro dirigidas a clientes de todos os segmentos, potenciando sempre os elevados níveis de segurança proporcionados pela sua solidez financeira, e contribuindo para o reforço da liquidez da instituição.

O Crédito à Habitação regista um decréscimo em termos homólogos de -2,2% do valor da Carteira, como reflexo da maturidade do mercado e das próprias dificuldades que o atual contexto económico-social representa.

### Volume de Negócios (Particulares) Rede Comercial Portuguesa



No segmento particulares salienta-se o Serviço Caixazul, vocacionado para a gestão personalizada de clientes Gama Alta, e que consiste em aconselhamento financeiro e apoio à decisão, mediante soluções à medida e gestão de oportunidades. Em 2011, este serviço abrangia 327 987 clientes e contribuía com mais de 39% para o Volume de Negócios de Particulares. A rede Comercial contava com 559 Agências com estes espaços dedicados.

Um dos aspetos mais significativos registados na Rede Comercial da CGD em 2011 foi a dinamização do Modelo de Serviço Caixa Mais, assegurada por 893 comerciais em 810 agências e abrangendo 403 935 clientes. Este novo modelo de serviço Caixa Mais está intrinsecamente associado a um novo modelo de atendimento em Agência, muito personalizado e proactivo, centrado no cliente e com gestão relacional. No final ano este

modelo de Serviço apresenta um peso de 16% no volume de negócios do segmento de particulares.

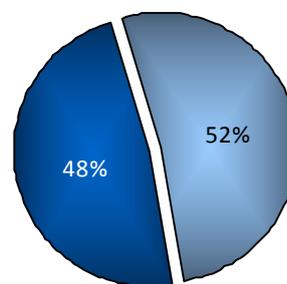
### **Empresas**

O Volume de Negócios do segmento Empresas (40 238 milhões de euros) registou em 2011 um decréscimo homólogo de 7,1%, apresentando uma evolução negativa em todas as componentes (Captação -26,5%, Colocação -2,4% e extrapatrimoniais -2%, em relação ao período homólogo).

Em 2011, o Crédito a Empresas registou quebra de 0,6%, reflexo da atual crise económica na Zona Euro e a consequente contração da economia.

A orientação estratégica de crescimento da quota de mercado da CGD e do negócio no segmento de empresas prosseguiu com a consolidação do modelo de serviço Caixa Empresas, tendo subjacente um conceito de serviço de gestão personalizado prestado aos clientes ENI, pequenas e micro empresas clientes da CGD, que materializa no Gestor de Cliente a vertente de relacionamento através duma abordagem integrada às necessidades empresariais e particulares dos seus clientes. No final de 2011 estavam abrangidos por este modelo de serviço 23 570 clientes, com um volume de negócios de 3 745 milhões de euros.

### **Carteira de Crédito a Empresas Rede Comercial Portugal**



■ Grandes Empresas ■ PME's

## **5.2. Atividade da Área Internacional**

A internacionalização tem constituído nos últimos anos um vetor fundamental da estratégia do Grupo CGD, fortemente empenhado na recuperação da economia Portuguesa e no apoio às PME que, na presente conjuntura apostam crescentemente nos mercados externos como destinos privilegiados dos seus fluxos de negócio.

Não obstante o contributo da atividade internacional para o resultado consolidado do Grupo ter registado uma significativa queda face aos valores de 2010 (11 e 80,8 milhões de euros, respetivamente em 2011 e 2010), esta variação negativa ficou a dever-se exclusivamente a um conjunto de fatores não recorrentes associados sobretudo ao elevado valor de imparidades registadas e ao plano de desalavancagem global que o Grupo se comprometeu a levar a cabo. O valor das imparidades e provisões da área internacional foi de 164,2 milhões de euros, tendo registado particular agravamento em Espanha. Já os efeitos da desalavancagem fizeram-se sentir sobretudo nas Sucursais de Londres e de Nova Iorque, cujas carteiras de títulos foram objeto de vendas significativas com subseqüentes quebras na margem financeira e nos resultados de operações financeiras.

O produto global da atividade registou, ao invés, uma variação positiva aumentando de 585,1 para 632,6 milhões de euros. As filiais da CGD sediadas no mercado africano e asiático apresentaram resultados líquidos positivos, sendo de salientar, a título de exemplo, os crescimentos de 16,7% no BCI Moçambique (12,0 milhões de euros em 2011), no BCG Totta Angola (9,6 milhões de euros), de 25,8 %, no BNU Macau (32,3 milhões de euros) e de 17,6% no Banco Mercantile da África do Sul ( 11,2 milhões de euros).

Esta evolução favorável da atividade das sucursais e filiais do grupo no exterior vem confirmar, de facto, a aposta do Grupo no negócio internacional como pilar estratégico do seu crescimento sustentado e, não menos importante, do papel de referência que desempenha na recuperação da economia portuguesa, sobretudo no período de maior fragilidade que hoje se atravessa.

Ao longo de 2011, tendo presente a importância e o valor comparativo da sua extensa e diversificada plataforma Internacional, a Caixa continuou a apostar na consolidação das suas posições nos mercados onde opera, por via do crescimento orgânico e de melhorias na eficiência.

Posicionar-se e atuar de forma direta ou indireta em mercados com maior potencial de negócio para as empresas portuguesas, como é o caso do Brasil e da China, bem como em mercados onde existem importantes comunidades de origem Portuguesa, com os quais mantém afinidades culturais e linguística, nomeadamente os PALOP, tem constituído aposta fundamental do Grupo CGD.

A CGD promoveu também, através das suas sucursais e filiais no exterior, a realização de parcerias e de diversas iniciativas, no quadro do desenvolvimento e da consolidação da rede internacional do Grupo:

- A CGD inaugura o Escritório de Representação do Canadá (em Toronto), numa lógica de proximidade à comunidade Portuguesa nesta geografia.
- No Luxemburgo, cinco anos após a inauguração no Edifício-sede da Sucursal CGD, reabriu a Mediateca, possibilitando uma maior qualidade nos serviços e dispondo de uma sala de formação devidamente equipada. Para além de complemento ao serviço financeiro, a Mediateca da CGD é um símbolo da responsabilidade social da Caixa.
- Em Cabo Verde, o Banco Comercial do Atlântico (BCA) coloca com sucesso uma emissão de 500 mil obrigações subordinadas na Bolsa de valores de Cabo Verde,
- Em Moçambique, o Banco Comercial de Investimento (BCI) foi distinguido pela revista “World Finance” como vencedor do prémio “The Best Commercial Bank 2011 – Mozambique”, conferindo ao BCI a categoria do melhor banco comercial a atuar no país.

Não menos importante, o BCI obteve a distinção de *Superbrand* moçambicana: reconhecimento como marca de excelência e confiança no ano em que o Banco comemora os 15 anos da sua constituição. Assinou ainda um Protocolo Financeiro e de

# Apresentação dos Resultados

## Principais Desenvolvimentos nas Áreas de Negócio

Cooperação com o Ministério da Função Pública, com o intuito de criar laços privilegiados entre as duas instituições.

- O Banco Caixa Totta de Angola assinou uma parceria com a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, criando uma das primeiras Business Schools de Angola.
- A Sucursal de Timor assinou um protocolo de cooperação com a Universidade Nacional de Timor-Leste e lança o KITNet, pacote de computador e placa de *internet* móvel.

Em Timor-Leste encontra-se em fase de execução o projeto do novo Campus Universitário, um conjunto importante de infraestruturas que corporizam um marco importante no panorama educativo e social do país.

Em 2011 a Caixa continuou a cumprir com todos os compromissos assumidos ao abrigo das linhas concessionais e comerciais de médio e longo prazos para apoio à exportação, as quais contribuem de forma marcante para dinamizar o setor exportador, mantendo assim o apoio quer aos seus clientes, quer ao crescimento da economia no seu global, salientando-se:

- Primeiros desembolsos ao abrigo da Linha China Eximbank 300 milhões de euros, no âmbito de projetos a cargo de PME portuguesas que com este apoio conseguiram concretizar as suas primeiras vendas para a República Popular da China;
- Concretização dos primeiros financiamentos ao abrigo da Linha Comercial de Moçambique de 300 milhões de euros.

### 5.3. Banca de Investimento

A atividade da banca de investimento é naturalmente sensível à atual conjuntura económica, sendo diretamente afetada pelo comportamento negativo dos mercados de capitais e pela aversão dos investidores ao risco dos ativos de países periféricos da zona euro, com particular incidência em Portugal e Espanha.

O Produto Bancário do CaixaBI alcançou 59 milhões de euros, particularmente impactado por imparidades em Ativos Financeiros e custos *one-off* relacionados com o Sistema de Indemnização a Investidores, sem os quais o Produto Bancário seria de 89 milhões de euros, em linha com o alcançado em 2010.

A margem financeira ascendeu a 29 milhões de euros, refletindo um estreitamento de 13% face a 2010, resultado do acréscimo do custo de funding no setor financeiro português.

Apesar do abrandamento da atividade sentido ao longo do ano de 2011 o nível de comissionamentos sofreu uma redução de apenas 16% relativamente a 2010, cifrando-se nos 62 milhões de euros, fruto em grande medida da estratégia de internacionalização do CaixaBI.

# Apresentação dos Resultados

## Principais Desenvolvimentos nas Áreas de Negócio

O *cost-to-income* do CaixaBI fixou-se em 28,2%.

O Resultado Líquido do Banco cifrou-se nos 8,5 milhões de euros fortemente impactado pelo reforço de imparidades, quer ao nível dos ativos financeiros, quer ao nível da carteira de crédito (num total de 61 milhões de euros).

No entanto, apesar da conjuntura menos favorável, em termos de atividade o CaixaBI teve um ano positivo, ocupando uma posição de liderança na generalidade das *league tables* e tendo participado nas maiores operações ocorridas nos mercados onde o Banco atua.

### **Prémios e Rankings**

Ao longo do ano de 2011 o bom desempenho do CaixaBI continuou a ser reconhecido pelos seus clientes e parceiros e premiado através das posições de destaque que ocupa nos principais *rankings*.

- O CaixaBI foi distinguido pela revista norte americana *Global Finance* como o Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2011.
- Também a revista *EMEA Finance* atribuiu a mesma distinção consagrando-o como Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2010.
- A *Euromoney* atribuiu ao CaixaBI o seu *Award for Excellence 2011* para a categoria de *Best Debt House in Portugal 2011*.
- A NYSE Euronext Lisbon, distinguiu o CaixaBI com o prémio de *Nr. 1 Corporate Bond House*.
- O CaixaBI foi pelo 5º ano consecutivo o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional, segundo *ranking* apresentado pela Bloomberg.
- Segundo dados divulgados pela Dealogic, o CaixaBI/CGD liderou o *ranking* para o papel de *Mandated Lead Arranger (MLA)* em operações de *project finance* em Portugal, sendo em todas as geografias o banco português melhor posicionado.
- De acordo com dados da Bloomberg, o CaixaBI terminou o ano ocupando a 1ª posição do *ranking* português de fusões e aquisições e no 13º lugar do *ranking* brasileiro respetivo, sendo o banco português melhor posicionado.

### ***Project Finance***

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, através do CaixaBI, esteve envolvido em operações num montante aproximado de 389 milhões de euros, valendo-lhe o 1º lugar no *ranking* da Dealogic para o papel de *MLA* em operações de *project finance* em Portugal.

A nível internacional destaca-se a progressiva expansão geográfica da atividade do Banco, com o acompanhamento de operações em Angola e Moçambique e, conjuntamente com o BCG - Brasil, com a estruturação e/ou assessoria financeira de um conjunto diverso de projetos no Brasil. Este esforço encontra-se já a ser premiado sendo exemplo disso a atribuição pela conceituada revista *Project Finance International* do prémio *Americas Transportation Deal of the Year* à operação da Embraport onde o Grupo CGD atuou como *MLA*.

### ***Corporate Finance – Dívida***

A posição de liderança do CaixaBI alcançada no mercado de capitais – dívida e no financiamento estruturado de ativos em Portugal foi, em 2011, objeto de mais um importante reconhecimento internacional, com a atribuição pelo segundo ano consecutivo do *Award of Excellence de Best Debt House in Portugal* pela *Euromoney*.

Também de assinalar que os NYSE Euronext Lisbon Awards, cuja primeira edição teve lugar em 2011 e que têm como principal objetivo a promoção e o reconhecimento da atividade dos intervenientes no mercado de capitais, distinguiu o CaixaBI com o prémio de *Nr. 1 Corporate Bond House*.

Não obstante o enquadramento extraordinariamente desafiante nos mercados de dívida, designadamente o setor obrigacionista, ao longo do ano de 2011, o CaixaBI liderou sete emissões no mercado primário de obrigações, *performance* que continuou a posicionar o Banco, de acordo com o *ranking* da Bloomberg e pelo quinto ano consecutivo, como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional.

No segmento do papel comercial, a atividade foi fortemente condicionada pelas crescentes restrições de balanço enfrentadas pelas instituições financeiras nacionais durante o ano de 2011. Contudo, apesar do enquadramento desfavorável, o CaixaBI manteve uma posição de referência neste mercado em Portugal, tendo, durante o último exercício, organizado e liderado treze novos Programas de Papel Comercial<sup>2</sup>, num montante global de cerca de 2 500 milhões de euros.

---

<sup>2</sup> Inclui programas com maturidade em 2011 que foram objeto de renovação total ou parcial.

### ***Corporate Finance – Assessoria***

Apesar do contexto macroeconómico desfavorável e do reduzido nível de atividade de fusões e aquisições verificado a nível global, o trabalho e esforço desenvolvidos pelo CaixaBI encontra-se refletido no *ranking* da Bloomberg para 2011, onde o Banco ocupa, em Portugal, o 1º lugar através do envolvimento em 12 operações de fusão e aquisição, com um valor agregado de cerca de 10 mil milhões de euros.

No Brasil, de acordo com o mesmo *ranking*, o CaixaBI em conjunto com o BCG Brasil e apenas com dois anos completos de atividade neste país, situa-se na 13ª posição, em termos de volume de transações anunciadas/concluídas de fusões e aquisições, sendo no entanto o banco português melhor posicionado, com um valor agregado de cerca de R\$ 17,8 mil milhões.

No decorrer de 2011, destaca-se a operação de assessoria financeira à Parpública na alienação de uma participação de 21,35% da EDP, no âmbito da 8ª Fase de Reprivatização da empresa, a qual foi concluída com assinalável sucesso. É igualmente de destacar a assessoria financeira à Galp Energia na alienação de uma participação de 30% na Petrogal Brasil, operação que ascendeu a 4,8 mil milhões de USD.

Por último, realça-se a operação de assessoria financeira à Portugal Telecom na aquisição de uma participação no grupo brasileiro Oi, após o processo de alienação da sua participação na Vivo, processo no qual o CaixaBI também participou enquanto assessor financeiro. Esta operação foi uma das maiores operações dos últimos anos envolvendo empresas portuguesas, e constituiu-se como mais um caso de sucesso do CaixaBI na vertente *cross-border* Portugal – Brasil.

### ***Sindicação e Vendas***

O CaixaBI participou, durante o ano de 2011 e enquanto *Joint Lead Manager*, na emissão de Obrigações da Portugal Telecom, no montante de 600 milhões de euros e na colocação de uma emissão de Obrigações do Tesouro da República Portuguesa, no montante de 3,5 mil milhões de euros.

Em emissões de papel comercial, o CaixaBI realizou 341 emissões, no montante total de 12 mil milhões de euros, dos quais colocou 4,8 mil milhões de euros.

### ***Capital de Risco***

A área de capital de risco do CaixaBI dispõe de cinco fundos de capital de risco, que permitem assegurar a transversalidade na cobertura dos distintos segmentos-alvo ao longo do ciclo de vida das empresas e, num caso específico, assumir uma focalização sectorial: Caixa Empreender +, Caixa Mezzanine, Grupo CGD, Energias Renováveis e Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, este último constituído no decorrer de 2011.

Durante o ano de 2011 foram analisadas 210 oportunidades de investimento, tendo sido aprovadas 32 operações no montante total de 60 milhões de euros, das quais foram concretizadas 21, envolvendo um investimento de 17 milhões de euros. Por outro lado, foram igualmente efetuadas 8 operações de desinvestimento que, a valor de realização, totalizaram 15 milhões de euros.

### 5.4. – Atividade Seguradora e da Saúde

#### *Caixa Seguros e Saúde, SGPS*

A Caixa Seguros e Saúde apresentou, de acordo com as regras contabilísticas aplicáveis pela CGD, um Resultado Líquido de 3 milhões de euros. Este desempenho reflete o impacto de diversos fatores adversos não recorrentes, designadamente as imparidades provenientes da exposição da área seguradora à dívida soberana do Estado Grego e o reconhecimento da desvalorização de ativos intangíveis na área hospitalar.

Excluindo estes efeitos, o resultado corrente aproximar-se-ia de 100 milhões de euros, sendo o contributo da área seguradora de aproximadamente 115 milhões de euros e da área hospitalar um valor negativo de 15 milhões de euros.

#### INDICADORES <sup>(a)</sup>

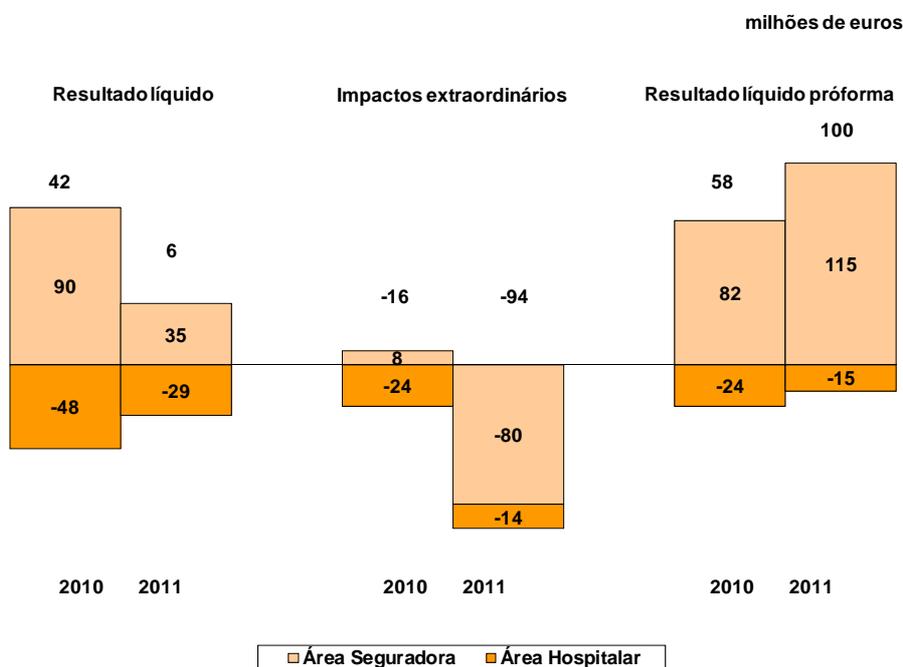
(milhões de euros)

	2010	2011
Ativo Líquido	15 965	13 444
Capitais Próprios	1 064	730
Propriedades de Investimento, Carteira de Títulos, Depósitos Bancários e	14 405	11 887
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	5 473	4 377
Responsabilidades com Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	7 944	6 955
Resultado Líquido	67	3
Elementos Constitutivos Margem de Solvência	1 146	967
Margem de Solvência Requerida	740	667
Excesso da Margem de Solvência	406	301
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	155%	145%

(a) Valores em consonância com as normas relativas à apresentação das demonstrações financeiras no formato IAS/IFRS (Grupo CGD) e que correspondem às contas consolidadas.

O Resultado Líquido estatutário da Caixa Seguros e Saúde foi, em 2011, de 6 milhões de euros, estando igualmente afetado pelos fatores adversos não recorrentes previamente mencionados.

### Resultado líquido estatutário da CSS



### Área Seguradora

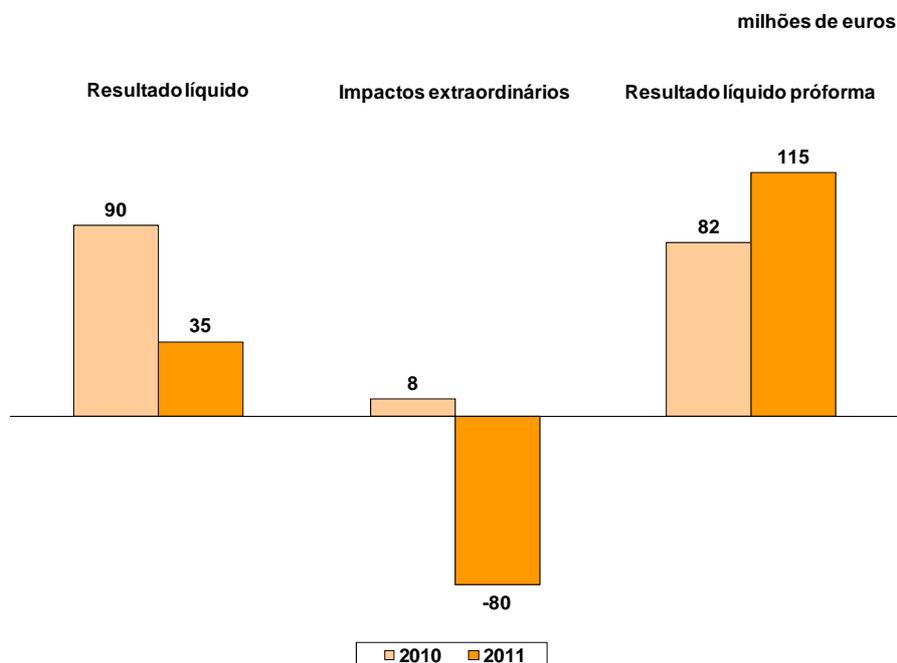
#### Resultados

O Resultado atribuível à área seguradora foi de 56 milhões de euros em contas CGD (e de 35 milhões de euros em contas estatutárias), o que traduz uma elevada capacidade de resiliência aos efeitos adversos dos mercados financeiros.

Com efeito, os fatores não recorrentes ocorridos no exercício, apresentaram um saldo negativo bruto de 111 milhões de euros, sendo de realçar, neste conjunto, a imparidade da dívida pública grega (-121 milhões de euros).

Excluindo tais impactos extraordinários, ter-se-ia verificado, no exercício, uma melhoria dos resultados estatutários da área seguradora, em 33 milhões de euros (de 82 para 115 milhões), em consequência, de um modo geral, das melhorias na exploração técnica dos ramos Vida e Não Vida, bem como da redução dos custos de funcionamento.

### Contributo da área seguradora



### Evolução dos Prémios

Em 2011, o mercado segurador nacional apresentou um decréscimo na sua atividade, registando um montante de Prémios de Seguro Direto (incluindo a captação de recursos através de Contratos de Investimento), de 11 648 milhões de euros, o que equivale a um decréscimo de 28,7%.

Os ramos Vida, com um volume de prémios de 7 533 milhões de euros, evidenciaram uma redução de 38,1% face ao ano anterior, com origem, essencialmente nos seguros financeiros de capitalização e nos PPR's.

O conjunto dos ramos Não Vida, com uma produção de aproximadamente 4 115 milhões de euros, registou um decréscimo de 1,2%, refletindo o contexto socioeconómico desfavorável e níveis de competitividade consideravelmente elevados, em especial nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho.

A Caixa Seguros e Saúde contabilizou, na atividade em Portugal, um montante de prémios de seguro direto de 3 895 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 30,8% face ao ano anterior, motivado sobretudo pela redução de 37,8% ocorrida nos ramos Vida.

O conjunto dos ramos Não Vida sofreu uma redução de -3,4% no montante de prémios, centrada nos ramos Automóvel, Transportes e, sobretudo, nos Acidentes de Trabalho, em consequência, essencialmente, do abrandamento económico registado, bem como da

# Apresentação dos Resultados

## Principais Desenvolvimentos nas Áreas de Negócio

política competitiva adotada nesse ramo tendo em vista evitar a depreciação da margem técnica respetiva.

### *Quota de Mercado*

A Caixa Seguros e Saúde reforçou a liderança no mercado segurador nacional, mantendo, de forma destacada, o lugar de topo, com uma quota de mercado global de 33,4%, situação que se verifica quer nos ramos Vida (37,2%), quer nos ramos Não Vida (26,5%).

Na análise por áreas de negócio, as seguradoras da Caixa Seguros reforçaram a sua representatividade na atividade Vida (aumento de quota em 0,2 p.p.), tendo-se verificado o inverso no conjunto Não Vida (-0,6 p.p.), fruto, em especial, da política comercial adotada no ramo de Acidentes de Trabalho tendo em vista evitar a depreciação da margem técnica das seguradoras.

Na atividade internacional, apesar de ter verificado um decréscimo do volume de prémios para 66 milhões de euros, a Caixa Seguros e Saúde continuou a ser responsável por mais de 90% da produção captada pelas seguradoras nacionais em outros mercado.

### **SEGURO DIRETO**

(milhões de euros)

	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Atividade em Portugal</b>		
Quota de Mercado Total	34,5%	33,4%
<i>Ramos Vida</i>	37,0%	37,2%
<i>Ramos Não Vida</i>	27,1%	26,5%
Prémios de Seguro Direto	5 632	3 895
<i>Ramos Vida</i>	4 502	2 802
<i>Ramos Não Vida</i>	1 131	1 092
<b>Atividade no Estrangeiro</b>		
Prémios de Seguro Direto	81	66
<i>Ramos Vida</i>	43	32
<i>Ramos Não Vida</i>	38	34

### *Melhoria do Resultado Técnico*

A margem técnica total, excluindo a atividade financeira, foi de 319 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 38 milhões de euros face ao ano anterior, sendo 97 milhões de euros provenientes da atividade Vida (um acréscimo de 16 milhões face ao ano anterior) e 222 milhões de euros com origem nos ramos Não Vida (mais 22 milhões de euros que em 2010).

Em contrapartida, o resultado da atividade financeira, após atribuição a clientes, foi de 36 milhões de euros, um decréscimo de 77,5% face ano anterior. A exclusão dos impactos não

recorrentes elevaria o respetivo resultado para cerca de 220 milhões de euros, superior em cerca de 15 milhões de euros ao valor comparável de 2010.

Em termos de exploração técnica, o *Combined ratio* líquido de resseguro foi de 100,5%, menos 4,1 p.p. que no ano anterior, tendo beneficiado da redução do Loss ratio (-2,4 p.p.) e do Expense ratio (1,7 p.p.).

### INDICADORES TÉCNICOS

(milhões de euros)	2010	2011
<b>Prémios de Seguro Direto</b>	<b>5 713</b>	<b>3 962</b>
<i>Ramos Vida</i>	4 545	2 836
<i>Ramos Não Vida</i>	1 169	1 126
<b>Combined Ratio líquido de resseguro (Não Vida)</b>	<b>104,6%</b>	<b>100,5%</b>
<i>Loss Ratio</i> líquido de resseguro (Não Vida) <sup>(a)</sup>	69,8%	67,4%
<i>Expense Ratio</i> líquido de resseguro (Não Vida)	34,8%	33,1%

(a) Excluindo rendimento técnico das Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho

Em termos consolidados, a Caixa Seguros e Saúde manteve igualmente um nível confortável de solvência (145%) que transmite um elevado grau de segurança a todos os clientes e agentes económicos que se relacionam o Grupo.

### Solvência

Apesar da evolução desfavorável dos mercados financeiros, com inevitável impacto negativo nos fundos próprios do setor segurador, as principais seguradoras do Grupo, a Fidelidade Mundial e a Império Bonança, apresentaram em 2011 uma taxa de cobertura da margem de solvência de 159%, valor sensivelmente igual ao ano anterior e que foi obtido sem recurso a medidas extraordinárias de reforço de capital.

Em termos consolidados, a Caixa Seguros e Saúde manteve igualmente um nível confortável de solvência (145%) que transmite um elevado grau de segurança a todos os clientes e agentes económicos que se relacionam o Grupo.

### Área Hospitalar

A HPP Saúde tem dado continuidade à consolidação da respetiva marca enquanto ativo estratégico, centrada na inovação ao nível da oferta clínica e dos serviços de apoio. O trabalho desenvolvido teve reflexo nas demonstrações financeiras e nos indicadores de produção que evidenciam, à data, uma variação muito positiva face ao período homólogo.

Em 2011, os rendimentos operacionais da HPP Saúde cresceram, globalmente, 11% face a 2010, apresentando um valor total de 189 milhões de euros, que compara com 169 milhões de euros referentes a 2010.

# Apresentação dos Resultados

## Principais Desenvolvimentos nas Áreas de Negócio

O EBITDA registou um valor próximo de zero, o que representa uma melhoria muito significativa face aos 14 milhões de euros contabilizados no ano anterior. Para esta melhoria contribui de forma relevante o desempenho operacional das sociedades participadas.

Relativamente ao EBT, em 2011 o valor foi de -15,6 milhões de euros, o que representa uma evolução favorável face aos -40,8 milhões de euros de 2010.

Na vertente de produção clínica verificam-se, igualmente, crescimentos significativos entre o ano de 2011 e 2010, tendo-se registado um incremento de 15% nas consultas, de mais de 11% nos atendimentos urgentes, 12% nas cirurgias, 12% nas diárias de internamento, 13% nos exames de imagiologia e 29% nos partos.

Em termos de resultado líquido corrente, a área hospitalar apresentou um valor negativo de 15 milhões de euros, o que traduz uma melhoria substancial face ao valor de -24 milhões de euros verificado em 2010, confirmando a trajetória de recuperação em curso.

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**

**10 de fevereiro de 2011**

### 6 – BALANÇO CONSOLIDADO

#### CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

#### Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011

(Milhões de euros)

##### ACTIVO

	31.12.2010	31.12.2011	Δ Dez/11 face a Dez/10	
			Absoluta	Relativa
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 469	2 704	1 236	84,1%
Aplicações em instituições de crédito	4 689	5 942	1 253	26,7%
Crédito a clientes	81 907	78 246	-3 661	-4,5%
Aplicações em títulos	29 654	24 398	-5 257	-17,7%
Activos com Acordo de Recompra	893	778	-115	-12,9%
Investimentos em filiais e associadas	28	36	7	26,3%
Activos intangíveis e tangíveis	1 569	1 556	-13	-0,9%
Activos por impostos correntes	90	90	0	-0,1%
Activos por impostos diferidos	1 089	1 914	825	75,8%
Provisões técnicas de resseguros cedidos	265	226	-38	-14,5%
Outros activos	4 208	4 837	629	15,0%
<b>TOTAL</b>	<b>125 862</b>	<b>120 728</b>	<b>-5 134</b>	<b>-4,1%</b>

##### PASSIVO

	31.12.2010	31.12.2011	Δ Dez/11 face a Dez/10	
			Absoluta	Relativa
Recursos de bancos centrais e inst. de crédito	14 604	15 883	1 280	8,8%
Recursos de clientes	67 680	70 587	2 907	4,3%
Passivos financeiros	1 712	1 918	206	12,1%
Responsabilidades representadas por títulos	19 307	14 933	-4 374	-22,7%
Provisões	803	883	80	10,0%
Provisões técnicas de actividade de seguros	5 743	4 608	-1 135	-19,8%
Passivos subordinados	2 800	2 089	-711	-25,4%
Outros passivos	5 373	4 503	-870	-16,2%
<b>SOMA</b>	<b>118 022</b>	<b>115 405</b>	<b>-2 617</b>	<b>-2,2%</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>7 840</b>	<b>5 323</b>	<b>-2 517</b>	<b>-32,1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>125 862</b>	<b>120 728</b>	<b>-5 134</b>	<b>-4,1%</b>

### 7 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

#### CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

#### Demonstração de Resultados Consolidada em 31 de Dezembro de 2011

(Milhares de euros)

	31.12.2010	31.12.2011	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e Rendimentos Similares	4 388 089	5 368 195	980 106	22,3%
Juros e Encargos Similares	2 972 831	3 682 929	710 098	23,9%
<b>Margem Financeira</b>	<b>1 415 258</b>	<b>1 685 265</b>	<b>270 007</b>	<b>19,1%</b>
Rendimentos de Instrumentos de Capital	197 477	146 724	-50 752	-25,7%
<b>Margem Financeira Alargada</b>	<b>1 612 735</b>	<b>1 831 990</b>	<b>219 255</b>	<b>13,6%</b>
Rendimentos de Serviços e Comissões	648 628	655 988	7 359	1,1%
Encargos com Serviços e Comissões	146 313	151 356	5 043	3,4%
<b>Comissões Líquidas</b>	<b>502 315</b>	<b>504 631</b>	<b>2 316</b>	<b>0,5%</b>
Resultados em Oper. Financeiras	124 388	-24 766	-149 154	---
Outros Resultados de Exploração	350 963	215 125	-135 837	-38,7%
<b>Margem Complementar</b>	<b>977 666</b>	<b>694 991</b>	<b>-282 675</b>	<b>-28,9%</b>
Prémios Líquidos de Resseguro	1 323 352	1 243 666	-79 686	-6,0%
Rendimento Inv. Afectos Contratos Seguro	206 767	143 399	-63 368	-30,6%
Custos c/ Sinistros Líquidos de Resseguro	931 660	788 719	-142 941	-15,3%
Comissões e Outr. Prov. Custos Associados	-89 461	-93 326	-3 865	-4,3%
<b>Margem Técnica da Actividade de Seguros</b>	<b>508 998</b>	<b>505 020</b>	<b>-3 978</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Produto da Actividade Bancária e Seguradora</b>	<b>3 099 398</b>	<b>3 032 000</b>	<b>-67 398</b>	<b>-2,2%</b>
Custos com Pessoal	1 047 134	995 705	-51 429	-4,9%
Outros Gastos Administrativos	721 197	694 974	-26 223	-3,6%
Depreciações e Amortizações	198 849	212 489	13 641	6,9%
<b>Custos Operativos e Amortizações</b>	<b>1 967 180</b>	<b>1 903 168</b>	<b>-64 011</b>	<b>-3,3%</b>
<b>Resultado Bruto de Exploração</b>	<b>1 132 218</b>	<b>1 128 832</b>	<b>-3 387</b>	<b>-0,3%</b>
Provisões Líquidas de Anulações	51 130	146 104	94 973	185,7%
Imparidade do Crédito Líquida de Reversões	369 102	827 371	458 269	124,2%
Imparidade Outros Activos Líquida	354 660	701 139	346 479	97,7%
<b>Provisões e Imparidade</b>	<b>774 892</b>	<b>1 674 613</b>	<b>899 721</b>	<b>116,1%</b>
<b>Resultados em Empresas Associadas</b>	<b>7 100</b>	<b>9 485</b>	<b>2 385</b>	<b>33,6%</b>
<b>Resultados antes de Impostos e de Interesses Minoritários</b>	<b>364 426</b>	<b>-536 297</b>	<b>-900 723</b>	<b>---</b>
<b>Impostos</b>	<b>65 039</b>	<b>-107 093</b>	<b>-172 131</b>	<b>-264,7%</b>
Correntes	129 220	67 696	-61 524	-47,6%
Diferidos	-64 181	-204 187	-140 006	-218,1%
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		29 398	29 398	
<b>Resultado Consolidado do Exercício</b>	<b>299 387</b>	<b>-429 204</b>	<b>-728 591</b>	<b>---</b>
Interesses Minoritários	48 806	59 221	10 415	21,3%
<b>RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DA CGD</b>	<b>250 582</b>	<b>-488 425</b>	<b>-739 007</b>	<b>---</b>